

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

Mais Impostos, Não

O amplo consenso nacional sobre a necessidade de reajustes do cruzado provocou até agora mais rumores que fatos, deixando a impressão de que gabinetes em Brasília uma vez mais acenam com um pacote em que a tônica é o aumento de receitas, e não o corte de despesas.

Um sinal ominoso da incapacidade da máquina burocrática para reduzir seus custos está na reforma administrativa, com a promessa de remanejamento de pessoal, em lugar de uma cirurgia profunda sobre os excedentes ociosos de mão-de-obra. Um claro exemplo está na Caixa Econômica, onde milhares de nomeações chegaram a ser propostas antes do cruzado e foram aparentemente contidas.

Agora, o relatório sigiloso da própria Caixa reconhece a existência de mão-de-obra ociosa e admite a possibilidade de cortes nos gastos com pessoal e instalações, mas pondera sobre os “custos sociais” de uma terapia de enxugamento.

São, evidentemente, dois pesos e duas medidas: enquanto os bancos privados recebem uma tesoura compulsória do governo, as dependências estatais negam-se a vestir o mesmo figurino apertado para atender ao “social”. Em que um funcionário público vale mais que um bancário? Para que criou o governo o seguro desemprego?

As ameaças de aumento de impostos estão contribuindo, além de tudo, para criar incertezas no mercado financeiro e perturbar o andamento dos negócios. A área

econômica do governo precisa agir rápido nesse aspecto, pois a onda de mudanças, marchas e contramarchas a que se está submetendo a economia poderá terminar frustrando os bons horizontes abertos pela estabilidade da moeda, e a credibilidade do cruzado, que ninguém deseja ver abalada.

Não se podem punir mercados financeiros nascentes que começam a ensinar os operadores a trabalhar a longo prazo e com uma visão de futuro, jogando sobre eles uma tributação discricionária para que paguem justos pelos pecadores. Modificações constantes nas regras tributárias do jogo não irão alongar o perfil da poupança, que saberá perfeitamente distinguir entre a necessidade de aumentar a receita e o desejo de punir alguns focos especulativos, como os que se formaram em torno dos contratos futuros de boi.

A questão central que a todos preocupa neste momento é como desaquecer uma demanda que o cruzado precipitou, seja pela manutenção do poder aquisitivo sem o pesado imposto inflacionário, seja pelos aumentos reais de salários, seja como decorrência das contas externas ou dos déficits públicos.

Não deveria esse quadro servir para mais um acesso de febre tributária. Quanto mais alta a temperatura, mais visível ficará a transferência de recursos para os cofres públicos, o que equivale a usar o pretexto dos ágios para emagrecer e economia privada e engordar o setor público.